

Veículo: Correio*	
Data: 07/01/2020	Caderno: Economia



DEPUTADOS SE REÚNEM PARA DISCUTIR PREVIDÊNCIA ESTADUAL

REFORMA A discussão sobre a reforma da Previdência estadual em comissões e no plenário da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), que estava prevista para acontecer ontem, foi adlada. De acordo com a assessoria, o adiamento ocorreu porque não houve convocação extraordinária da votação, o que seria necessário já que a Casa está em recesso desde o dia 30 de dezembro. Os trabalhos legislativos voltam apenas no dia 3 de fevereiro. Hoje, está previsto que os parlamentares se reúnam com representantes dos servidores interessados no tema. A Proposta de Emenda à Constituição 158 foi enviada à Casa pelo governo em dezembro. De acordo com a proposta, o homem passa a se aposentar com 65 anos e a mulher com 62 anos.

Hoje, o servidor homem se aposenta com 60 anos e a mulher com 55 anos. Com a PEC, o homem passa a se aposentar com 65 anos e a mulher com 62

Veículo: Bahia Já	
Data: 07/01/2020	Coluna: Política

POLÍTICA

REFORMA DA PREVIDÊNCIA DO ESTADO SÓ COMEÇA A SER DISCUTIDA DIA 14

Veja opinião do deputado Rosemberg Pinto

Tasso Franco, da redação em Salvador | 07/01/2020 às 09:11



Deputado Rosemberg Pinto

Foto:

As discussões sobre a Reforma da Previdência estadual em comissões e no plenário da Assembleia Legislativa da Bahia foi adiada para dia 14. De acordo com a assessoria da liderança do governo, o adiamento ocorreu porque não houve convocação extraordinária da votação, necessária porque a Casa está em recesso.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 158) que modifica as regras da previdência social dos servidores públicos civis do Estado foi enviada à Casa pelo Poder Executivo no final do ano passado e deputados da oposição se queixam que não há tempo para discutir a matéria.

De acordo com o líder da Maioria no Parlamento baiano, deputado Rosemberg Pinto (PT), às 14h, deputados e deputadas se reunirão, na Sala da Liderança do Governo, para discutir pontos da Reforma da Previdência. Na terça-feira (7), os parlamentares começam a se reunir com representantes dos servidores interessados no tema.

“Para a Assembleia Legislativa realizar uma Sessão Ordinária, tem que ter a convocação de uma Sessão Extraordinária. Como iremos passar a semana debatendo com os servidores, acredito que no próximo dia 14 iniciaremos as discussões na Comissão de Constituição e Justiça e depois iremos para votação em plenário”, prevê o líder governista.

Com base no Artigo 3º da Lei Nº 2.323, de 11 de abril de 1966 (Estatuto do Servidor), funcionários públicos civis do Estado têm atribuições e responsabilidades “com as

características essenciais de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Estado".

O QUE MUDA BÁSICO

Entre as mudanças na previdência propostas por Rui para os seus servidores, a PEC que está na AL-BA estabelece que aposentados e pensionistas, que atualmente não contribuem, passem a contribuir para a previdência. Ainda no texto, será aposentado "aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar".

FOLHA DE S.PAULO

Governo quer usar ICMS contra alta da gasolina

Bolsonaro planeja pedir a governadores colaboração para amenizar disparada do petróleo; estados não discutem medida

Fábio Pupo e
Talita Fernandes

BRASÍLIA O governo planeja pedir a colaboração dos governadores na cobrança de ICMS para evitar um aumento mais forte do preço dos combustíveis em meio à pressão sobre a cotação do petróleo com a crise entre EUA e Irã. Essa é uma das medidas que técnicos discutem para evitar uma escalada nos valores cobrados pelos postos.

A ideia foi apresentada por Jair Bolsonaro após reunião nesta segunda (6) com a presença do Ministério de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco.

"Aproximadamente um terço do preço do combustível no final são impostos estaduais. Esse é o problema que temos", afirmou Bolsonaro. Ele citou o caso do Rio, onde uma alíquota de 30% do ICMS representaria cerca de R\$ 1,50 no preço da gasolina. Mesmo pedindo a colaboração dos líderes estaduais, descartou a possibilidade de criar um teto para a tributação.

"Tivemos nossa conversa e temos uma estratégia de como proceder o desenrolar dos fatos. A coisa que mais preocupa é uma possível alta do petróleo, de 5% no momento", afirmou. Apesar disso, ele disse esperar que os preços voltem à normalidade rapidamente, a exemplo do que ocorreu após o ataque a refinarias árabes em 2019.

Desde o ataque ao aeroporto de Bagdá, na sexta (3), que matou o general iraniano Qassim Suleimani, o petróleo Brent subiu 5%. Nesta segunda, chegou a romper o patamar de US\$ 70 pela pri-

meira vez em mais de três meses, mas fechou a US\$ 69.

O ministro de Minas e Energia afirmou que a reunião desta segunda-feira já havia sido marcada antes do Natal. Também estiveram presentes técnicos do Planalto e do ministério, além do diretor geral da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), Décio Oddone, e do presidente da Pré-Sal Petróleo, José Eduardo Gerk.

Albuquerque confirmou que a ideia da compensação por estados está sendo estudada, embora não tenha dado detalhes, e que o canal para a discussão seria o Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), que reúne os secretários de Fazenda dos Estados e técnicos do Ministério da Economia.

"Isso já está sendo discutido no âmbito do governo para que, quando tiver essa pauta, possam ser reunidos os governadores e haver uma reunião no mais alto nível, com presidente e os governadores", afirmou.

Quando lhe foi perguntado se pode haver uma compensação aos estados com a possível redução de impostos, por meio de um fundo, o ministro disse que a sugestão é bem-vinda. E negou a possibilidade de novos subsídios. "Tudo isso está sendo considerado. Subsídio não é a palavra, uma compensação talvez seja a palavra adequada."

De acordo com o presidente da Petrobras, o governo não faz pressões sobre a política de preços da empresa. "Até hoje recebi manifestações de total respeito à lei, que desde 2002 diz que existe liberdade de preços de combustíveis. E o governo Bolsonaro vem pra-

ticando isso, não recebi em nenhum momento pressão."

O executivo ainda ressaltou que o impacto no preço global do petróleo não foi tão forte até agora e que as características do mercado contribuem para que os preços sejam naturalmente seguros. "A produção americana desarma a possibilidade do aumento do preço."

A Petrobras divulgou um comunicado a investidores na sexta-feira para informar que está monitorando o mercado internacional diante dos eventos no Oriente Médio. A empresa afirma que não há uma periodicidade predefinida para a aplicação de reajustes e que decidirá oportunamente sobre as próximas alterações nos preços.

Os estados, que vivem aperto fiscal, não conversaram sobre eventual redução do ICMS sobre combustíveis, segundo o diretor institucional do Comsefaz (Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados), André Horta.

"Entre 18% e 20% da arrecadação própria dos estados com ICMS é sobre combustíveis. Esse valor é bastante representativo, e na situação fiscal atual dos estados não está sendo possível [abrir mão]."

Horta afirmou que a prioridade dos entes regionais no momento é discutir e implementar um novo pacto federativo, buscando a recomposição de receitas perdidas para a União ao longo dos anos.

Hoje o ICMS sobre combustíveis é cobrado sobre o valor da mercadoria, no modelo "ad valorem". Por isso, quando gasolina e diesel sobem, os estados arrecadam mais.

Com a Reuters

Leia mais em Mundo

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 07/ 01 /2020	Caderno: Notícias
Assunto: <i>Governo quer usar ICMS contra alta da gasolina</i>	Página: --



Governo quer usar ICMS contra alta da gasolina

por Fábio Pupo e Talita Fernandes | Folhapress



Foto: Divulgação / Fernando Madeira

O governo planeja pedir a colaboração dos governadores na cobrança de ICMS para evitar um aumento mais forte do preço dos combustíveis em meio à pressão sobre a cotação do petróleo com a crise entre EUA e Irã. Essa é uma das medidas que técnicos discutem para evitar uma escalada nos valores cobrados pelos postos. A ideia foi apresentada por Jair Bolsonaro após reunião nesta segunda (6) com a presença do Ministério de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco.

"Aproximadamente um terço do preço do combustível no final são impostos estaduais. Esse é o problema que temos", afirmou Bolsonaro. Ele citou o caso do Rio, onde uma alíquota de 30% do ICMS representaria cerca de R\$ 1,50 no preço da gasolina. Mesmo pedindo a colaboração dos líderes estaduais, descartou a possibilidade de criar um teto para a tributação.

"Tivemos nossa conversa e temos uma estratégia de como proceder o desenrolar dos fatos. A coisa que mais preocupa é uma possível alta do petróleo, de 5% no momento", afirmou. Apesar disso, ele disse esperar que os preços voltem à normalidade rapidamente, a exemplo do que ocorreu após o ataque a refinarias árabes em 2019.

Desde o ataque ao aeroporto de Bagdá, na sexta (3), que matou o general iraniano Qassim Suleimani, o petróleo Brent subiu 5%. Nesta segunda, chegou a romper o patamar de US\$ 70 pela primeira vez em mais de três meses, mas fechou a US\$ 69. O ministro de Minas e Energia afirmou que a reunião desta segunda-feira já havia sido marcada antes do Natal. Também estiveram presentes técnicos do Planalto e do ministério, além do diretor-geral da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), Décio Oddone, e do presidente da Pré-Sal Petróleo, José Eduardo Gerk.

Albuquerque confirmou que a ideia da compensação por estados está sendo estudada, embora não tenha dado detalhes, e que o canal para a discussão seria o Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), que reúne os secretários de Fazenda dos Estados e técnicos do Ministério da Economia. "Isso já está sendo discutido no âmbito do governo para que, quando tiver essa pauta, possam ser reunidos os governadores e haver uma reunião no mais alto nível, com presidente e os governadores", afirmou.

Quando lhe foi perguntado se pode haver uma compensação aos estados com a possível redução de impostos, por meio de um fundo, o ministro disse que a sugestão é bem-vinda. E negou a possibilidade de novos subsídios. "Tudo isso está sendo considerado. Subsídio não é a palavra, uma compensação talvez seja a palavra adequada." De acordo com o presidente da Petrobras, o governo não faz pressões sobre a política de preços da empresa. "Até hoje recebi manifestações de total respeito à lei, que desde 2002 diz que existe liberdade de preços de combustíveis. E o governo Bolsonaro vem praticando isso, não recebi em nenhum momento pressão."

O executivo ainda ressaltou que o impacto no preço global do petróleo não foi tão forte até agora e que as características do mercado contribuem para que os preços sejam naturalmente segurados. "A produção americana desarma a possibilidade do aumento do preço." A Petrobras divulgou um comunicado a investidores na sexta-feira para informar que está monitorando o mercado internacional diante dos eventos no Oriente Médio. A empresa afirma que não há uma periodicidade predefinida para a aplicação de reajustes e que decidirá oportunamente sobre as próximas alterações nos preços.

Os estados, que vivem aperto fiscal, não conversaram sobre eventual redução do ICMS sobre combustíveis, segundo o diretor institucional do Comsefaz (Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados), André Horta. "Entre 18% e 20% da arrecadação própria dos estados com ICMS é sobre combustíveis. Esse valor é bastante representativo, e na situação fiscal atual dos estados não está sendo possível [abrir mão]." Horta afirmou que a prioridade dos entes regionais no momento é discutir e implementar um novo pacto federativo, buscando a recomposição de receitas perdidas para a União ao longo dos anos.

Hoje o ICMS sobre combustíveis é cobrado sobre o valor da mercadoria, no modelo "ad valorem". Por isso, quando gasolina e diesel sobem, os estados arrecadam mais

Veículo: Bocão News	Caderno: Economia e Mercado
Data: 07/01/2020	



Economia E Mercado

Governo quer usar ICMS contra alta da gasolina



07 de Janeiro de 2020 às 05:27 Por: *Eduardo Knapp/Folhapress* Por: *Folhapress* 0 comentários

O governo planeja pedir a colaboração dos governadores na cobrança de ICMS para evitar um aumento mais forte do preço dos combustíveis em meio à pressão sobre a cotação do petróleo com a crise entre EUA e Irã. Essa é uma das medidas que técnicos discutem para evitar uma escalada nos valores cobrados pelos postos.

A ideia foi apresentada por Jair Bolsonaro após reunião nesta segunda (6) com a presença do Ministério de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco. "Aproximadamente um terço do preço do combustível no final são impostos estaduais. Esse é o problema que temos", afirmou Bolsonaro. Ele citou o caso do Rio, onde uma alíquota de 30% do ICMS representaria cerca de R\$ 1,50 no preço da gasolina.

Mesmo pedindo a colaboração dos líderes estaduais, descartou a possibilidade de criar um teto para a tributação. "Tivemos nossa conversa e temos uma estratégia de como proceder o desenrolar dos fatos. A coisa que mais preocupa é uma possível alta do petróleo, de 5% no momento", afirmou. Apesar disso, ele disse esperar que os preços voltem à normalidade rapidamente, a exemplo do que ocorreu após o ataque a refinarias árabes em 2019.

Desde o ataque ao aeroporto de Bagdá, na sexta (3), que matou o general iraniano Qassim Suleimani, o petróleo Brent subiu 5%. Nesta segunda, chegou a romper o patamar de US\$ 70 pela primeira vez em mais de três meses, mas fechou a US\$ 69.

O ministro de Minas e Energia afirmou que a reunião desta segunda-feira já havia sido marcada antes do Natal. Também estiveram presentes técnicos do Planalto e do ministério, além do diretor-geral da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), Décio Oddone, e do presidente da Pré-Sal Petróleo, José Eduardo Gerk.

Albuquerque confirmou que a ideia da compensação por estados está sendo estudada, embora não tenha dado detalhes, e que o canal para a discussão seria o Confaz (Conselho

Nacional de Política Fazendária), que reúne os secretários de Fazenda dos Estados e técnicos do Ministério da Economia.

"Isso já está sendo discutido no âmbito do governo para que, quando tiver essa pauta, possam ser reunidos os governadores e haver uma reunião no mais alto nível, com presidente e os governadores", afirmou. Quando lhe foi perguntado se pode haver uma compensação aos estados com a possível redução de impostos, por meio de um fundo, o ministro disse que a sugestão é bem-vinda. E negou a possibilidade de novos subsídios. "Tudo isso está sendo considerado. Subsídio não é a palavra, uma compensação talvez seja a palavra adequada."

De acordo com o presidente da Petrobras, o governo não faz pressões sobre a política de preços da empresa. "Até hoje recebi manifestações de total respeito à lei, que desde 2002 diz que existe liberdade de preços de combustíveis. E o governo Bolsonaro vem praticando isso, não recebi em nenhum momento pressão."

O executivo ainda ressaltou que o impacto no preço global do petróleo não foi tão forte até agora e que as características do mercado contribuem para que os preços sejam naturalmente segurados. "A produção americana desarma a possibilidade do aumento do preço."

A Petrobras divulgou um comunicado a investidores na sexta-feira para informar que está monitorando o mercado internacional diante dos eventos no Oriente Médio. A empresa afirma que não há uma periodicidade predefinida para a aplicação de reajustes e que decidirá oportunamente sobre as próximas alterações nos preços.

Os estados, que vivem aperto fiscal, não conversaram sobre eventual redução do ICMS sobre combustíveis, segundo o diretor institucional do Comsefaz (Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estado), André Horta. "Entre 18% e 20% da arrecadação própria dos estados com ICMS é sobre combustíveis. Esse valor é bastante representativo, e na situação fiscal atual dos estados não está sendo possível [abrir mão]."

Horta afirmou que a prioridade dos entes regionais no momento é discutir e implementar um novo pacto federativo, buscando a recomposição de receitas perdidas para a União ao longo dos anos. Hoje, o ICMS sobre combustíveis é cobrado sobre o valor da mercadoria, no modelo "ad valorem". Por isso, quando gasolina e diesel sobem, os estados arrecadam mais.

Veículo: Bocão News	Caderno: Política
Data: 06/01/2020	



Política

Governo quer que estados diminuam imposto para compensar aumento no combustível



06 de Janeiro de 2020 às 20:51 Por: **Isac Nóbrega/PR** Por: **Folhapress** 0 comentários

O governo vai propor aos governadores que um aumento no preço dos combustíveis seja compensado por uma redução no ICMS, um imposto estadual. A ideia, citada pelo presidente Jair Bolsonaro nesta segunda-feira (6), está sendo estudada pelos técnicos do Executivo federal.

"Aproximadamente um terço do preço do combustível no final são impostos estaduais. Esse é o problema que nós temos", afirmou Bolsonaro.

Ele afirmou que o governo tem preocupação com o aumento no preço do petróleo diante da crise entre Estados Unidos e Irã e que discute possíveis alternativas.

"Tivemos nossa conversa e temos uma estratégia de como proceder o desenrolar dos fatos. A coisa que mais preocupa é uma possível alta do petróleo, de 5% no momento", afirmou. Apesar disso, ele disse esperar que os preços voltem à normalidade rapidamente a exemplo do que ocorreu após o ataque a refinarias na Arábia Saudita no ano passado.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, confirmou que a ideia da compensação está sendo estudada pelos técnicos e que deve ser apresentada aos estados. "Isso já está sendo discutido no âmbito do governo para que, quando tiver essa pauta, possam ser reunidos os governadores e haver uma reunião no mais alto nível, com presidente e os governadores", afirmou.

Perguntado se pode haver uma compensação aos estados com a possível redução de impostos por meio de um fundo, o ministro disse que a sugestão é bem-vinda.

Segundo ele, pode haver algum tipo de compensação para que os preços sejam segurados. "Tudo isso está sendo considerado. A palavra subsídio não é a palavra adequada. Uma compensação talvez seja a palavra adequada", afirmou.

Os estados, porém, que vivem intenso aperto fiscal, não conversaram sobre a redução do ICMS sobre combustíveis, segundo o diretor institucional do Comsefaz (Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estado), André Horta.

"Entre 18% e 20% da arrecadação própria dos Estados com ICMS é sobre combustíveis. Esse valor é bastante representativo e na situação fiscal atual dos Estados não está sendo possível (abrir mão)", disse.

Horta afirmou que a prioridade dos entes regionais no momento é discutir e implementar um novo pacto federativo, buscando a recomposição de receitas perdidas para a União ao longo dos anos. Este será, inclusive, o tema da próxima reunião do Comsefaz.

"A realidade é uma realidade de estrangulamento de receitas", afirmou.

Hoje o ICMS sobre combustíveis é cobrado sobre o valor da mercadoria, no modelo "ad valorem". Por isso, quando os preços da gasolina e do diesel ficam mais caros -seja pelo aumento do dólar ou pelo avanço dos preços internacionais do petróleo- os Estados arrecadam mais.

Veículo: bahia.ba	
Data: 07/01/2020	Caderno: Política

bahia.ba

POLÍTICA

Publicado em 07/01/2020 às 07h10.

Governo estuda compensação em caso de alta dos combustíveis

Crise envolvendo EUA e Irã pode afetar preço internacional do petróleo



Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou nesta segunda-feira (6), após se reunir com o presidente Jair Bolsonaro, que o governo federal estuda formas de compensar uma eventual alta no preço dos combustíveis, caso a crise envolvendo Estados Unidos e Irã impacte com mais força o preço internacional do petróleo.

“Temos que criar, talvez, mecanismos compensatórios que compensem esse aumento sem alterar o equilíbrio econômico do país. Que isso não gere inflação, mas também não frustre expectativa de receitas”, adiantou o ministro em coletiva de imprensa, ao lado do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e do diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), Décio Odone.

Albuquerque praticamente descartou a possibilidade de o governo instituir algum tipo de subsídio para segurar alta do combustível, como foi feito, em 2018, no governo de Michel Temer, frente ao aumento no preço do óleo diesel, uma das principais reclamações dos caminhoneiros, que paralisaram o país durante uma greve em maio daquele ano.

“Não sei se será feito com impostos [subsídios], certamente não vamos procurar esse caminho dos impostos para não onerar mais ainda, mas se há maior receita, talvez possa haver uma compensação em cima disso e esse é um dos instrumentos que estão sendo analisados”, disse.

Veículo: Site da Varela Notícias	
Data: 06/01/2020	Caderno: Economia



06/01/20 às 23h43 - Atualizado em 06/01/20 às 23h43

Governo estuda compensação em caso de alta dos combustíveis

Uma proposta apresentada pelo próprio presidente da República é a possibilidade do estados reduzirem a alíquota do ICMS sobre combustíveis, um imposto estadual, que tem forte impacto na formação do preço final nos postos



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Agência Brasil

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou hoje (6), após se reunir com o presidente Jair Bolsonaro, que o governo federal estuda formas de compensar uma eventual alta no preço dos combustíveis, caso a crise envolvendo Estados Unidos e Irã impacte com mais força o preço internacional do petróleo.

“Temos que criar, talvez, mecanismos compensatórios que compensem esse aumento sem alterar o equilíbrio econômico do país. Que isso não gere inflação, mas também não frustre expectativa de receitas”, adiantou o ministro em coletiva de imprensa, ao lado do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e do diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), Décio Odone.

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

Albuquerque praticamente descartou a possibilidade de o governo instituir algum tipo de subsídio para segurar alta do combustível, como foi feito, em 2018, no governo de Michel Temer, frente ao aumento no preço do óleo diesel, uma das principais reclamações dos caminhoneiros, que paralisaram o país durante uma greve em maio daquele ano.

“Não sei se será feito com impostos [subsídios], certamente não vamos procurar esse caminho dos impostos para não onerar mais ainda, mas se há maior receita, talvez possa haver uma compensação em cima disso e esse é um dos instrumentos que estão sendo analisados”, disse.

Redução de ICMS

Uma proposta apresentada pelo próprio presidente da República é a possibilidade do estados reduzirem a alíquota do ICMS sobre combustíveis, um imposto estadual, que tem forte impacto na formação do preço final nos postos.

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

“Aproximadamente um terço do preço combustível, no final, são impostos estaduais, o ICMS. No Rio de Janeiro, por exemplo, está em 30%”, afirmou Bolsonaro a jornalistas na portaria do Ministério de Minas e Energia.

O presidente voltou a dizer que não adotará nenhuma política de controle de preços. “Não existe interferência do governo. Não sou intervencionista, e essa política está muito bem conduzida pelo nosso ministro, almirante Bento”.

Na coletiva de imprensa, perguntado sobre uma possível compensação tributária por parte dos estados, Bento Albuquerque disse que a ideia está sendo estudada e que poderá ser discutida no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne secretários da Fazenda dos estados, integrantes da pasta e o governo federal. “Isso já está sendo discutido, no âmbito do governo, para que quando tiver essa pauta, possam haver uma reunião, no mais alto nível, com o presidente e os governadores”.

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

Política de preços

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou que não sofre qualquer pressão para interferir nos preços praticados pela companhia, que controla 98% do refino de combustível no Brasil. “A lei, desde 2002, diz que existe liberdade de preços de combustíveis. E o governo Bolsonaro vem praticando isso. Não recebi, em nenhum momento, pedido, pressão, sugestão, nem do almirante Bento, nem do presidente Bolsonaro, para baixar o preço, fazer isso ou aquilo. Existe liberdade total, na prática, para o preço de qualquer derivado de petróleo”.

Castello Branco também disse que não acredita que a atual crise envolvendo EUA e Irã possa causar impacto econômico de longo prazo, e que o recente aumento no preço do barril de petróleo está em processo de recuo. “Nós achamos pouco provável que uma crise política acabe resultando em uma crise econômica, porque o pólo dinâmico de crescimento da produção de petróleo não é mais a OPEP [Organização dos Países Produtores de Petróleo], é de países fora da OPEP, principalmente os Estados Unidos”.

O presidente da Petrobras pontuou ainda que produção americana tem capacidade de reagir rapidamente a preços, o que desarma a possibilidade de um preço elevado se manter durante um período razoavelmente longo. “Evidentemente que surpresas podem acontecer, mas nós estamos acreditando que é muito pouco provável que nós tenhamos, desse choque que houve, um aumento de aproximadamente US\$ 3 no preço do barril de petróleo, os mercados já se acalmaram mais um pouco”.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 07/01/2020	Caderno: Economia



GOVERNADORES CORREM ATRÁS DE CONCESSÕES E PPP'S PARA FAZER CAIXA



7 Janeiro, 2020

Sem folga no orçamento e com uma conta que não para de crescer, governadores de vários Estados prometem fazer de 2020 um ano de grandes privatizações, concessões e Parcerias Público-Privadas (PPP). Eles pretendem transferir para a iniciativa privada pelo menos 100 ativos, segundo levantamento feito pelo Estado. O cardápio de ativos é diversificado. Inclui desde setores tradicionais, como energia elétrica, rodovias, aeroportos e empresas de telecomunicações, até a concessão de mirantes, marinas, hotéis e casa de repouso. Há também estádios de futebol, cozinha-escola em presídios, zoológicos e centros de eventos, entre outros.

O Governo da Bahia está agilizando a venda da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA). Seria uma forma de privatizar a empresa. Pelo levantamento do Estado, o segmento com maior número de ativos – 22 no total – é o de transportes, que envolve linhas de metrô e ônibus, terminais rodoviários, trens intercity, rodovias e portos. Normalmente, esses projetos exigem investimentos pesados, como a concessão de 1.200 km do lote rodoviário Piracicaba-Panorama, que o governo de São Paulo pretende leiloar amanhã na Bolsa. Quem ganhar a disputa terá de investir R\$ 14 bilhões durante os 30 anos de concessão.

Outro projeto vultoso do governo paulista é o Trem Intercidades, de R\$ 5,6 bilhões, entre a capital, Campinas e Americana. No total, são 21 projetos aprovados pelo Conselho Gestor de PPPs e Concessões do Estado, que podem ser licitados até o fim de 2020 e vão gerar investimentos da ordem de R\$ 40 bilhões, segundo a gestão de João Doria (PSDB).

“Vamos ver muita privatização relevante, seja do governo federal ou dos Estados, mas também haverá muitos ativos sem interesse por parte dos investidores”, diz o advogado Fernando Vernalha, especialista em infraestrutura e sócio do escritório VG&P Advogados. Na opinião dele, as operações relacionadas aos setores de gás e saneamento, cujos marcos regulatórios estão sendo refeitos, devem ter maior apetite por parte da iniciativa privada.

Das 27 unidades procuradas, 16 responderam aos questionamentos da reportagem. Dessas, 13 pretendem fazer alguma privatização de empresas ou concessão de serviços públicos nos próximos anos, só duas não têm ativos para vender e uma ainda avalia a possibilidade de criar um programa de desestatização.

O governo do Maranhão teve autorização para vender 25,5% das ações da Companhia Maranhense de Gás (Gasmar); o Rio Grande do Sul conseguiu retirar a exigência de um plebiscito para vender a Sulgás; e Goiás ainda espera aprovação da Assembleia Legislativa. No Rio, a venda da Cedae foi uma das exigências do governo federal para que o Estado pudesse aderir ao Regime de Recuperação Fiscal. Um dos modelos que vêm sendo estudado pelo governador Wilson Witzel (PSC) é a venda de ações da empresa no mercado. Mesma saída é vista pelo Distrito Federal e pela Bahia.

Minas Gerais, que a exemplo de Rio e do Rio Grande do Sul, vive grave crise fiscal, tem planos para vender tanto a estatal de gás (Gasmig) como a de saneamento (Copasa). Em novembro, o governador Romeu Zema (Novo) publicou no Diário Oficial o Decreto 47.766 que trata da Política Estadual de Desestatização e cria o Conselho Mineiro de Desestatização (CMD).

“Tenho dito que o Estado já tem muito o que fazer na parte de saúde, educação, segurança e infraestrutura. As empresas do Estado, notoriamente no último governo, serviram para interesses políticos e cabides de emprego”, diz o governador. Minas também quer privatizar a Cemig e vender participações que a empresa tem na Taesa (transmissão), Renova (eólica) e nas hidrelétricas Santo Antônio e Belo Monte. De acordo com o levantamento do Estado, a área de energia tem 9 empresas para serem privatizadas ou concedidas. Além dos investimentos de Minas, a lista inclui a CEEE, do Rio Grande do Sul – a venda também é um apelo para a adesão ao programa Regime Fiscal do governo federal. “Como o segmento de gás, a área de energia demanda muito investimento. Mas o governo hoje não consegue fazer os aportes necessários para fornecer um serviço de excelência”, diz o secretário de Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul, Artur Lemos Júnior.

Foto: divulgação

Veículo: Folha de SP	Caderno: Mercado
Data 07/01/2020	Página: A14

FOLHA DE S.PAULO

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

AULA Um projeto na Assembleia Legislativa de SP quer vincular parte do repasse de ICMS para municípios ao desempenho escolar dos alunos de ensino fundamental. Do deputado Daniel José (Novo), o texto é inspirado em política adotada no Ceará.

Tempo Presente

Comércio vai deixar de faturar R\$ 561 mi

Depois do Sindicato dos Lojistas – Sindilojas manifestar sua preocupação com os 18 feriados, incluindo os 'enforcados', como se diz no senso comum, agora é a vez da Federação do Comércio (Fecomércio) informar que o setor deve deixar de faturar R\$ 561 milhões por causa das folgas.

De acordo com o estudo, realizado com exclusividade para a Tempo Presente, esse montante é 41,3% maior que o calculado no ano passado.

– A variação expressiva e o valor em milhões pode dar a entender que é algo volumoso, importante, de impacto expressivo na economia local. Na verdade, os R\$ 561 milhões representam apenas 0,8% de tudo o que o varejo fatura ao longo de todo o ano", afirma o consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze.

O economista da Fecomércio explicou que neste ano haverá 18 feriados entre 14 previstos oficialmente, mais quatro enforcamentos de dias úteis, num total de 18, quatro a mais em relação ao ano passado.

Para Dietze, como a economia está se recuperando e o comércio deve ter um desempenho positivo de vendas ao longo do ano, cada dia com movimento menor, em média, tecnicamente, tende a acumular maior prejuízo.

MAIS ATINGIDO – O setor que mais deve ser atingido ao longo deste ano é o de supermercados, com R\$ 290 milhões de perda potencial. Na sequência vem o setor de vestuário e calçados (R\$ 92,5 milhões), farmácia e perfumaria (R\$ 78,2 milhões).

Outras atividades (R\$ 71 milhões) e móveis e decoração (R\$ 30 milhões) aparecem na sequência. Conforme Dietze, o maior aumento em termos de variação é do grupo outras atividades, com crescimento de 45,1%.



Sem dinheiro em caixa, governadores propõem venda de hotéis a zoológicos

Pelo menos 100 ativos, de um cardápio diversificado, devem ser oferecidos à iniciativa privada neste ano; São Paulo licita na quarta, 8, trecho de 1.200 quilômetros de rodovia que vai demandar R\$ 14 bi em investimentos

Renée Pereira, O Estado de S. Paulo

07 de janeiro de 2020 | 04h00

Sem folga no orçamento e com uma conta que não para de crescer, governadores de vários Estados prometem fazer de 2020 um ano de grandes privatizações, concessões e Parcerias Público-Privadas (PPP). Eles pretendem transferir para a iniciativa privada pelo menos 100 ativos, segundo levantamento feito pelo **Estado**.

À venda

Estados planejam novas privatizações, PPPs e concessões a partir de 2020



- Admin. e manutenção de presídios

Minas Gerais

PRIVATIZAÇÃO

- Cemig
- Copasa
- Gasmig
- Codemig

VENDA DE PARTICIPAÇÕES

- Taesa
- Hidrelétrica Santo Antônio
- Hidrelétrica Belo Monte
- Renova

Goiás

PRIVATIZAÇÃO

- Celg GT
- Metrobus
- Iquego
- Goiás Gás
- Goiás Telecom

Mato Grosso

PPPS E CONCESSÕES

- Estudo para a concessão de 604,92 km de rodovia e, em análise de viabilidade, outros 664,18 km

Rio de Janeiro

PRIVATIZAÇÃO

- Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae)

São Paulo

PPPS E CONCESSÕES

- Concessão rodoviária
- Piracicaba-Panorama
- Trem Intercidades São Paulo-Campinas-Americana

- Concessão do metrô
- Avenida das Cidades
- Nova Saída Norte
- Setor Habitacional São Bartolomeu
- Centro Logístico para Distribuição de Medicamentos
- PPP rodoviária do Plano Piloto
- PPP restaurantes comunitários
- Complexo Esportivo e de Lazer do Guarã
- Shopping Popular de Brasília
- Pq. da Cidade Dna Sarah Kubitschek
- Flor do Cerrado – Torre TV Digital
- BRT Oeste e Sul e modernização terminal Asa Sul
- Zona Verde
- Concessão para instalação de postes de telecomunicações com câmeras de segurança

Piauí

PPPS E CONCESSÕES

- Concessão do Centro de Convenções de Teresina
- Concessão Shopping Piauí Center Modas – Teresina
- Concessão Hotel Serra da Capivara
- Concessão Terminal Turístico de Barra Grande – Cajueiro da Praia
- Concessão Parque Zoológico
- Concessão Vila Turística e Aeroporto São Raimundo Nonato
- Concessão Vila do Ancião – Teresina
- Concessão Porto das Barcas

Espírito Santo

PPPS E CONCESSÕES

- Terminais rodoviários urbanos
- Centro de Eventos
- PPP de usina fotovoltaica

- Centro de Eventos de Balneário Camboriú
- Terminal Rodoviário Rita Maria
- Mirante da Serra do Rio Rastro
- Concessão do Aeroporto de Chapecó
- PPP para construção e operação de Complexo Penitenciário na região de Blumenau

Maranhão

PRIVATIZAÇÃO

- Venda das 25,5% das ações da Cia. Maranhense de Gás (Gasmar)

Paraná

PRIVATIZAÇÃO

- Copel Telecom

PPPS E CONCESSÕES

- PPP construção e gestão da Penitenciária Industrial de Piraquara
- PPP Implantação e administração de pátios de veículos
- PPP criação de centrais de atendimento ao cidadão
- Concessão de 1,6 mil km de rodovias
- Concessão de 2,5 mil km de rodovias cujos contratos vencem em 2021

Bahia

PRIVATIZAÇÃO

- Abertura de capital da Empresa Baiana de Água e Esgoto (Embasa)

O cardápio de ativos é diversificado. Inclui desde setores tradicionais, como energia elétrica, rodovias, aeroportos e empresas de telecomunicações, até a concessão de mirantes, marinas, hotéis e casa de repouso. Há também estádios de futebol, cozinha-escola em presídios, zoológicos e centros de eventos, entre outros.

FOLHA DE S.PAULO

Bolsonaro rejeita, mas equipe de Guedes quer fim de subsídio da energia solar

Grupo quer convencer presidente e líderes do Congresso de que regra atual repassa à população conta de benefício dado a famílias ricas

BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) quer insistir na defesa da redução de benefícios concedidos a usuários de energia solar, tema tratado como o proibido pelo presidente Jair Bolsonaro.

A ideia é reiniciar um trabalho de convencimento com Bolsonaro e líderes do Congresso. Sob o argumento de que a discussão foi contaminada por uma afirmação que classificam como equivocada, de que o governo pretende "taxar o sol", integrantes do Ministério da Economia dizem ser possível encontrar uma convergência no debate.

Técnicos da pasta justificam que é preciso deixar claro para a sociedade e para os políticos que o valor concedido em benefícios aos usuários de energia solar, normalmente famílias de renda mais alta, é repassado para a conta de luz do restante da população. Isso onera os mais pobres.

Nodomingo (5), Bolsonaro já havia conversado com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para discutir o assunto. Ele anunciou que será colocado em votação no Legislativo projeto para barrar qualquer tentativa de derrubar o subsídio.

Nesta segunda-feira (6), ele reforçou o que havia afirmado no dia anterior: "Está sepultada qualquer possibilidade de taxar energia solar. A decisão é minha, e nenhum ministro ou secretário fala no assunto. Está proibido falar no assunto".

Nas palavras de um membro do Ministério da Economia, a pasta converge com Bolsonaro, Maia e Alcolumbre ao se posicionar contra a criação de novos impostos. Por isso, quer mostrar que a redução do subsídio iria no sentido de desonerar a maior parte dos consumidores.

As mudanças propostas pela Aneel não criam nova tarifa, mas eliminam benefício concedido em 2012 para incenti-

var a geração de energia solar. A regra isenta os proprietários de painéis solares de encargos, subsídios e tributos sobre a produção.

A avaliação da área técnica é que as isenções sobre carregadores cativos das distribuidoras, que são obrigados a ratear entre si os benefícios concedidos aos consumidores de energia solar.

Procurado após as afirmações de Bolsonaro, o Ministério da Economia informou que não vai se manifestar.

Em outubro de 2019, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) lançou uma consulta pública para discutir uma possível redução de benefícios aos usuários de energia solar.

Em 2012, com a meta de incentivar a modalidade de geração de energia limpa, a agência reguladora estabeleceu que quem investisse em painéis solares não pagaria encargos, subsídios e tributos pela produção, pelo consumo ou pela distribuição do excedente de energia.

A própria agência, contudo, já previa uma revisão da medida em 2019. Nesta terça-feira (7), Bolsonaro irá receber o diretor da Aneel Rodrigo Limp Nascimento no Palácio do Planalto.

Procurada, a Aneel se limitou a informar que suas decisões são tomadas em colegiado e que a próxima reunião de diretoria está agendada para o dia 21 deste mês.

O Ministério da Economia já expôs publicamente mais de uma vez, em audiências e notas técnicas, ser favorável à redução desse benefício, respeitado um período de transição.

Em parecer, chegou a questionar a competência da Aneel para decidir sobre o tema. Na visão de técnicos, não deveria ser atribuição da agência regular um subsídio que gera custo elevado à população.

Essa não é a primeira vez que planos da equipe econômica são interrompidos por Bolsonaro. Ordens do presi-

MERCADO CRÍTICA INTERFERÊNCIA NA ANEEL

As declarações de Bolsonaro foram vistas no mercado como interferência na atuação da Aneel. "Qual o sinal que ele dá para o investidor?", questionou a economista Elena Landau. Por outro lado, a medida recebeu apoio de empresas e entidades ligadas à geração de energia solar.

A SOS Geração Distribuída defendeu que o incentivo a fontes renováveis é necessário e urgente porque as chuvas estão muito abaixo da média, o que pode forçar o acionamento de termelétricas, "que, além de poluentes, podem causar um aumento significativo nas contas de luz".

dente levaram à amenização de um pacote de medidas para retirar amarras do Orçamento. Vinculações de benefícios e gastos obrigatórios foram mantidos, contrariando a ideia inicial de Guedes.

Também por determinação do presidente, foram adiadas as apresentações da reforma tributária e da reestruturação do serviço público.

A insistência, em um dos episódios, gerou atrito entre o Ministério da Economia e o Palácio do Planalto. A divergência em torno da criação de um novo tributo aos moldes da extinta CPME, defendido pela equipe econômica, foi justificativa para a demissão do então secretário da Receita Federal, Marcos Cintra.

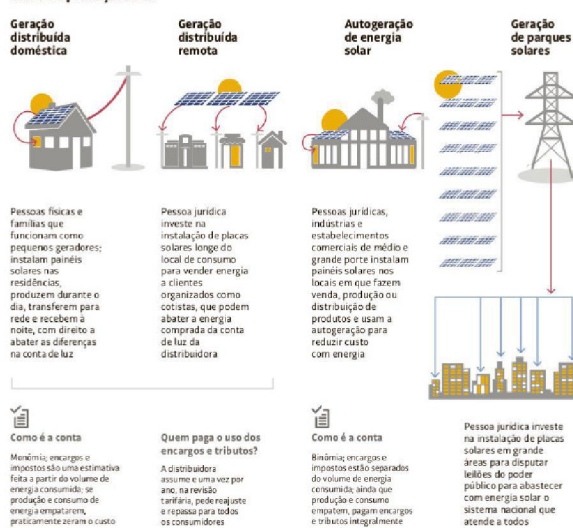
A tentativa de convencimento, desta vez, será com cautela. Auxiliares de Guedes dizem estar cientes de que a decisão final sobre o subsídio será política.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, ressaltou nesta segunda que não haverá cobrança de impostos.

"O presidente já foi bem claro. Não haverá taxa, haverá respeito aos contratos", disse. Ele lembrou, no entanto, que já estava previsto em resolução técnica de 2012 que a Aneel discutiria o subsídio ao setor em 2019. "É o que a Aneel está realizando", disse. "Houve muito questionamento em torno disso e a Aneel acabou de finalizar a consulta pública. Vai continuar com a análise das sugestões apresentadas. Nisso o governo não interfere, faz parte da autonomia da agência", disse.

Segundo o ministro, os presidentes da Câmara e do Senado já teriam chegado à conclusão de que seria interessante o Congresso estabelecer uma política pública para o setor. Segundo ele, um projeto de lei deve ser elaborado nos primeiros meses do ano, possivelmente até abril. **Bernardo Caram, Talita Fernandes, Fábio Pupo, Arthur Cagliari, Diego Garcia e Nicola Pamplona**

Como é a produção solar



Fonte: Aneel e A3polar

Veículo: O Globo	Online
Data: 07/01/2020	Coluna: Economia

O GLOBO

Guia de pagamento do IPVA estará disponível a partir desta sexta-feira

Contribuinte poderá emitir documento nos sites da Secretaria de Fazenda e do Banco Bradesco

O Globo

06/01/2020 - 17:22 / Atualizado em 06/01/2020 - 17:35

RIO - A partir desta sexta-feira, donos de veículos poderão imprimir a guia de pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2020. O documento estará disponível nos sites da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio (www.fazenda.rj.gov.br) e do Banco Bradesco (www.bradesco.com.br).

Para imprimir a guia será preciso informar o número do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) e escolher a forma de pagamento: cota única com desconto de 3% ou o valor integral em três parcelas. O pagamento da Guia de Regularização de Débitos (GRD) deverá ser efetuado em dinheiro e poderá ser realizado em qualquer agência bancária.

O primeiro vencimento do calendário do IPVA 2020 será no próximo dia 21, para os veículos com placa terminada em zero. Este ano, o imposto será, na média geral, 3,26% mais barato do que em 2019.

Confira, abaixo, o calendário de vencimento do IPVA 2020 para veículos automotores usados.

Final de placa - Cota única ou 1ª par - 2ª par - 3ª par

0	21/jan	20/fev	23/mar
1	22/jan	21/fev	24/mar
2	23/jan	27/fev	30/mar
3	24/jan	28/fev	31/mar
4	27/jan	02/mar	1º/abr
5	28/jan	03/mar	02/abr
6	29/jan	04/mar	03/abr
7	30/jan	05/mar	06/abr
8	31/jan	06/mar	07/abr

Despesa com saúde deve subir R\$ 10,6 bi até 2027

Envelhecimento e o aumento da população devem pressionar despesas na área nessa magnitude

Por **Fabio Graner** — De Brasília

07/01/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O envelhecimento e o aumento da população devem gerar até 2027 uma pressão por expansão de R\$ 10,6 bilhões nas despesas do governo federal com saúde, de acordo com cálculos do Tesouro Nacional publicados em seu recente boletim de riscos fiscais. Por sua vez, a evolução demográfica diminuirá a pressão por gastos na área da educação (-R\$ 1,1 bilhão em 2027), devido à queda na população jovem.

A estimativa de impacto da evolução demográfica brasileira sobre as despesas selecionadas de saúde e educação de 2019-2027 é de cerca de R\$ 9,5 bilhões “em demanda adicional por despesas públicas, reflexo da modificação da estrutura etária, com aumento do número de idosos e redução do número de jovens na população”, segundo o Tesouro. “Tal cifra representa 10,1% do valor despendido em 2018 nos mesmos programas.”

O coordenador-geral de estudos econômico-fiscais do Tesouro, Rafael Araújo, explicou ao **Valor** que as contas só trabalham com simulações de efeitos demográficos, mantendo todas as demais variáveis constantes. Ou seja, não leva em conta, por exemplo, possíveis aumentos de cobertura.

Ele ressalta que, no caso da saúde, são dois os fatores de pressão. O envelhecimento da população gera mais despesas com remédios e serviços médicos para idosos, como internações. Além disso, também se espera maior pressão de gastos com recém-nascidos.

O boletim do Tesouro explica que, para estimar o impacto da evolução demográfica nas despesas com saúde, foram considerados os programas de Assistência Farmacêutica, inclusive Farmácia Popular, e da Atenção de Média e Alta Complexidade (atendimento hospitalares e ambulatoriais). “Nas despesas com educação, foram consideradas as chamadas despesas com controle de fluxo, que correspondem, grosso modo, a todas as despesas da área, exceto pessoal ativo e inativo, Fundeb [o fundo para a educação básica], salário-educação e o impacto primário do Fies”, explica o órgão. “Somadas, as despesas analisadas alcançaram R\$ 93,4 bilhões em 2018, sendo R\$ 59,5 bilhões referentes à saúde e R\$ 33,9 bilhões referentes à educação”, acrescenta.

Araújo diz que, embora as contas sejam feitas apenas considerando-se a União, o efeito para Estados e municípios vai na mesma direção. No ano passado, o governo enviou ao Congresso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do chamado Pacto Federativo, que tem como uma de suas sugestões a unificação dos limites de gastos em saúde e educação, nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal).

Mas naturalmente os números ajudam no discurso de que um limite unificado para as duas principais rubricas sociais faz sentido, em um ambiente no qual haverá maior pressão por despesas de saúde do que com educação. Daí a ideia de se dar mais flexibilidade para os gestores alocarem seus limitados recursos orçamentários nessas duas áreas. Assim, em nível federal, seria possível, em tese, diminuir um pouco as despesas em educação sem prejudicar o atendimento à população, compensando com maior gasto em saúde.